



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INTERVENÇÕES EM ÁREAS CENTRAIS: DISCURSOS E CONFLITOS (O CASO DE SÃO PAULO)

Regina Soares de Oliveira¹

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (IFCH/Unicamp)

regioliveira@terra.com.br

“Após nove meses de demolição dos edifícios São Vito e Mercúrio, no centro, a Prefeitura anuncia hoje mais um plano de revitalização da região – que já conta com iniciativas longe de serem concluídas, como a Nova Luz, a reforma da Rua do Gasômetro e a Praça das Artes. Com projeto orçado em R\$ 1,5 bilhão, a intenção é, em seis anos, transformar um trecho da Avenida do Estado em túnel, criar esplanada, construir equipamento de lazer e interligar prédios. (Site do jornal O Estado de São Paulo: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110504/not_imp714650.0.php)

A notícia acima, soma-se a tantas outras publicadas pela imprensa paulistana, somente no ano de 2011. É recorrente encontrarmos nesses jornais matérias que destacam os constantes projetos de requalificação urbana apresentados para o centro da cidade de São Paulo. Muitas destas propostas, revisitadas de tempos em tempos, propagam um imaginário de projetos que completam aproximadamente 20 anos de discursos, porém com poucas propostas concluídas ou que se mantiveram na pauta de prioridades do poder público.

A matéria publicada pelo portal do jornal O Estado de São Paulo, foi seguida por outro de grande circulação na cidade, a Folha de São Paulo. Essas matérias e tantas outras evidenciam um processo que, principalmente por meio de discursos, encontra-se na pauta política da cidade: a revitalização do centro de São Paulo.

Nos últimos anos tivemos anunciados, conforme a matéria do portal Estadão: o Projeto Nova Luz, a construção da Praça das Artes, a reforma da Rua do Gasômetro, , a reforma da Praça Roosevelt, a demolição do Minhocão², o Projeto do Vale do

¹ Bolsista CNPq.

² Minhocão é o apelido do Viaduto Costa e Silva, que com os seus 3,5 km de extensão permite a ligação entre as zona central e oeste da cidade de São Paulo. Essa via rápida foi construída na década de 1970, pelo então prefeito Paulo Maluf. Obra extremamente controversa, considerada por muitos como uma “cicatriz urbana” no meio da cidade e que teria causado a degradação de antigos bairros como Santa Cecília. Nos anos 2000, passou a ser utilizada nos finais de semana pelos moradores da região como uma área de lazer, quando permanece fechado ao tráfego. A prefeitura anunciou em 2010, a proposta de demolição do mesmo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Anhangabaú, reformas de edifícios importantes para a cidade como o Teatro e a Biblioteca Municipais, programas de incentivos para proprietários que restaurarem prédios tombados, além da demolição dos Edifícios São Vito e Mercúrio e a revitalização do Parque Dom Pedro.

De um lado, parece que se anuncia um novo tempo para o degradado centro da capital paulista, e constantemente se encontra no discurso dos administradores públicos a menção a “retomada” da região central. Por outro, diversas ações têm sido empreendidas pelos moradores e comerciantes dessas regiões, demonstrando que o diálogo entre poder público e comunidade não parece tão tranquilo assim.

BREVE HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES

A cidade de São Paulo passou por constantes transformações desde o final do século XIX, quando se tornou centro político e financeiro do Estado (MARINS, 2001, p. 171). Às transformações econômicas e políticas seguiram-se as mudanças físicas, buscando adequar a cidade a seu novo status.

No início do século XX, houve a remodelação do espaço urbano, não só por meio de drenagem de pântanos, abertura de avenidas, alargamento e arborização de ruas, melhorias no sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto, mas também pela adoção de medidas que melhorassem a circulação, especificamente nessa parte da cidade. Foram adotadas medidas como: o alargamento, a retificação e o descongestionamento de ruas, a construção de grandes edifícios abrigando os órgãos oficiais e a destinação de espaços públicos voltados ao lazer da população (OLIVEIRA, 2008, p. 108).

O centro da cidade se tornou um espaço especializado no atendimento das camadas de mais alta renda, concentrando o setor financeiro e comercial da cidade, sendo necessário, para viabilizar esse projeto, a remoção das casas populares que ainda se mantinham ali (MARINS, 2001, p. 179). Conforme apontou Villaça (1978, p. 231-232), a valorização da região central, progressivamente, expulsou os mais pobres para locais cada vez mais distantes.

A década de 1930, com o Plano de Avenidas de Francisco Prestes Maia e a implantação de diversas avenidas radiais e perimetrais cortando o centro da cidade, coincidiu com o deslocamento da centralidade dessa região. Paulatinamente, alguns



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

setores econômicos, como sede de bancos e empresas³, se deslocaram para outras partes da cidade, característica acentuada ainda mais a partir dos anos 1990.

A saída de determinados setores da região central contribuiu para a deterioração dos equipamentos urbanos e ao declínio do valor imobiliário da região. Na década de 1960, iniciou-se o processo de declínio populacional com o constante esvaziamento de imóveis, do setor de comércio e serviços.

É interessante observar que apesar do declínio populacional entre o final de 1970 e 1990, houve o reencortiçamento dessa parte da cidade (OLIVEIRA, 2008, p. 43). Nesse período, tivemos o que Villaça (1978, p. 269), chamou de bipartição da região central da cidade, separando-se o centro utilizado pela elite, daquele deixado aos mais pobres. “O Centro, portanto, transformou-se profundamente. Tornou-se Centro das camadas populares, a exemplo da segregação que configura a expansão da cidade” (JOSÉ, 2010, p. 26).

Ainda que somente o poder público, a partir da década de 1990, tenha incorporado ao seu discurso a revitalização da região central⁴, desde a década de 1970 sucessivas obras foram empreendidas pelas administrações municipais, buscando reverter o processo de deterioração e esvaziamento econômico da região, entre elas, a criação do “Minhocão” – já explicado nesse texto – durante a gestão do Prefeito Paulo Salim Maluf (1969- 1971); o desenvolvimento de um conjunto de obras para revitalizar a região: ampliação das ruas para pedestres, reformas e restaurações, durante a gestão de Olavo Setúbal (1975-1979); a remodelação do Vale do Anhangabaú, nas gestões de Reinaldo de Barros (1979-1982) e Luiza Erundina (1989-1992), que também realizou diversas intervenções como o restauro de edifícios públicos, além da construção de moradias populares no chamado centro expandido, por meio da desapropriação de imóveis.

AS DISPUTAS QUE ENVOLVERAM O CENTRO, A PARTIR DOS ANOS 1990

Na década de 1990, seguindo a lógica da atração de capitais privados, por meio das parcerias público-privadas a exemplo do que ocorrera em cidades europeias e

³ Segundo levantamento feito por Nobre (apud José, K., 2010, p.26) nos anos 2000 somente 5% das sedes dos bancos permaneciam nessa parte da cidade.

⁴ É comum encontrarmos diversos termos para designar as intervenções na região central da cidade, tais como revitalização, requalificação, reabilitação, entre outros termos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

americanas, em São Paulo diversos projetos foram desenvolvidos, visando recuperar a região central considerada degradada, mas que tinha um grande potencial urbanístico.

Na gestão Luiza Erundina, foi criada a Operação Urbana Anhangabaú (1991), sucedida pela Operação Urbana Centro (1993). Esses instrumentos buscavam atrair capitais por meio da venda do potencial construtivo de bens tombados, transferindo-os de forma onerosa para outros bairros da cidade. Os recursos obtidos com essas transações deveriam propiciar ações na própria região, de recuperação do imóvel tombado ou outras intervenções como, por exemplo, o Corredor Cultural (2001)⁵, que propiciou a reforma da Praça do Patriarca e a troca do calçamento ao redor do Teatro Municipal.

A década de 1990 foi bastante emblemática da disputa pela região central, surgiram entidades como a Associação Viva o Centro – AVC (1991), criada pela iniciativa privada (como bancos privados, associações comerciais e de classe, além de proprietários e lojistas da região). Por sua vez, o poder público municipal criou o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo - Pró Centro (1993).

Essas instituições tinham objetivos bastante semelhantes⁶ e desenvolveram, em parceria, intervenções no centro da cidade voltadas principalmente à revitalização da região e atração do capital imobiliário. Para a Viva o Centro, o Pró-Centro seria:

“(...) o parceiro público responsável por liderar a “requalificação” do Centro em termos de mudança de legislação e outras medidas no âmbito da administração municipal, necessárias na visão da Associação e de alguns técnicos da prefeitura, para estimular o interesse do setor privado em investir na região” (JOSÉ, 2010, p. 30).

A necessidade de se fazer representar no processo de revitalização é uma característica da iniciativa privada, também encontrada em outras partes do país, como em Recife, conforme apontou Leite (2001, p. 213). Ao analisarmos o papel que a iniciativa privada se atribuiu, enquanto interlocutora do poder público, nesses processos de

⁵ Decorrente dos recursos oriundos das transações realizadas pela Operação Urbana Centro, foram realizados em 2001, o Projeto Corredor Cultural, que gerou a reforma da Praça do Patriarca, com a retirada do terminal de ônibus que ali existia e a construção de um arco/marquise, projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, sobre a Galeria Prestes Maia.

⁶ Conforme Frúgoli Jr, H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

intervenção urbana, verificamos que a própria Viva o Centro em seu site, descreve ações desenvolvidas pelo poder público como conquistas da entidade⁷.

Mas, nessa mesma década de 1990, também tivemos a atuação dos Movimentos de Moradia⁸, que passaram a incorporar à sua pauta de reivindicações o direito à moradia no centro da cidade, além de denunciar o processo de esvaziamento vivido pela região expresso na degradação do espaço e na quantidade de edifícios abandonados que, em sua ótica, deveriam ser requalificados para uso residencial da população de baixa renda que habitava a região.

Como estratégia para chamar atenção do poder público municipal, estadual e federal, esses movimentos promoveram diversas ocupações de prédios vazios na região central, tanto públicos como privados. Resultaram dessas ações, algumas experiências de requalificação de imóveis para fins habitacionais, por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal.

Por outro lado, também em São Paulo, as políticas públicas adotaram padrões de intervenção urbana comuns em outros países, na busca por recuperar tanto a centralidades da região como a vitalidade:

“A reabilitação urbana é a premissa metodológica para a recuperação do estoque construído ocioso ou subutilizado, para a conservação do patrimônio cultural e a melhoria das condições de vida da população local (...), uma vez reabilitada, essas centralidades passam a agregar uma nova dinâmica sócio-econômica e produtiva, constituindo-se em verdadeiros territórios de oportunidades.” (Barros, 2006:11).

O apelo à venda da cidade que, para muitos governos se converteu em um dos principais campos de transação público-privada (Borja; de Forn, 1981: 33), parece ter-se transformado em uma solução comum de intervenção urbana. Não podemos esquecer os paralelos entre experiências internacionais e nacionais, numa troca incessante de modelos de intervenção urbanística que, muitas vezes, não só desconsideram nossas características sócio-econômico-culturais e os impactos desses projetos, como são vendidas como verdadeiros milagres à recuperação de espaços antigos e degradados. Exemplos: Porto Maravilha, no Rio de Janeiro e Nova Luz, em São Paulo.

⁷ <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/conquistas.htm>

⁸ Entre eles a Unificação de Lutas dos Cortiços (ULC), o Fórum de Cortiços, o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO: NECESSIDADE DE DIÁLOGO

Se podemos pensar a tentativa de intervir no espaço urbano central da cidade de São Paulo como decorrente de processo global que mundialmente atingiu as cidades a partir da década de 90 do século XX, também devemos considerar, que intervenções pontuais como recuperação de fachadas, refuncionalidade de edifícios históricos, reformas de ruas, praças e calçadas, aberturas de calçadas aos automóveis particulares (Silva, 2007:27), constituíram-se como iniciativas que não alcançaram pleno êxito na cidade de São Paulo.

Assim, passou-se a apostar em programas culturais como âncoras para alavancar o processo de revitalização dessa região. Exemplo dessa tentativa foi à inauguração da Sala São Paulo (sala de concertos) em 1999, instalada ao lado de uma antiga estação ferroviária. Tal projeto foi visto à época, como o pontapé inicial, dado pelo Governo do Estado de São Paulo, na revitalização do centro da cidade, conforme expresso pelo Secretário de Estado da Cultura, Marcos Mendonça:

“Foi em 1995 que, pela primeira vez, pensei sobre a possibilidade de transformar a velha Estação Júlio Prestes num complexo cultural. Tratava-se de proposta arrojada que implantaria, em definitivo, em São Paulo, uma política de requalificação urbana através da cultura (...) Hoje, a Júlio Prestes, renovada pela cultura, se transformou em âncora para a requalificação urbana de todo o Centro, resgatando do passado a história de uma cidade, já quase perdida, devolvendo-a a seus cidadãos” (Viva o Centro, 2000, p. 5)

A área onde se desenvolveu essa intervenção no final da década de 1990, passou a compor uma espécie de polo cultural, dada a sua proximidade com outros espaços culturais, como a Pinacoteca do Estado, o Museu da Língua Portuguesa, o Museu de Arte Sacra, além do Parque e do Jardim da Luz e da própria Estação da Luz, que além de sua imponente arquitetura, permite a conexão de várias linhas de transporte ferroviário e a conexão com o metrô.

As últimas administrações municipais mantiveram o tema da revitalização do centro como pauta política, passando a desenvolver planos de ações mais abrangentes à região.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Na gestão de Marta Suplicy (2000-2004) desenhou-se um programa para a região e seu entorno⁹, prevendo ações como: melhoria das condições de circulação de pedestres e veículos; a construção de moradias para a população de baixa renda; a reabilitação de edifícios para uso habitacional e intervenções integradas em perímetros urbanos pré-estabelecidos; melhoria das condições de serviços e comércio; coibição da venda ilegal de produtos; potencialização do turismo na região; valorização da identidade cultural; recuperação e preservação de espaços de interesse histórico; ocupação de vazios urbanos (área lindeira ao Rio Tamandateí e à orla ferroviária); ações de limpeza e conservação; somadas a articulação de ações nas Subprefeituras, por meio de um Plano Específico para os 12 bairros considerados centrais, dentro dos distritos Sé e República, além da revisão de legislação específica da região.

Nas gestões José Serra (2004-2006) e Gilberto Kassab¹⁰, o poder público passou a investir no centro, por meio de um projeto específico para a região da Luz, denominado Projeto Nova Luz. Esse projeto passou a ser desenvolvido nas redondezas da Estação da Luz, em perímetro compreendido pelas Avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Ipiranga e Ruas Cásper Líbero, Mauá, dos Andradas e Praça Alfredo Iça.

Considerada pela gestão municipal como a maior intervenção urbana já realizada na cidade, esse projeto possui um raio de irradiação bastante extenso. A intervenção contemplaria tanto ações integradas pelas secretarias municipais, como pelas polícias militar e metropolitana, buscando combater o tráfico de drogas, reprimir a venda de produtos ilegais e encaminhar menores infratores e consumidores de drogas a programas específicos. Seu maior impacto, no entanto, dar-se-ia pela transformação da paisagem urbana, com demolições de diversos prédios considerados sem finalidade dentro do projeto, pela realização de novas obras e incentivo a empresas que desejassem se transferir para a região. O poder público buscava induzir a vinda de um polo tecnológico à região.

Verificado que as medidas propostas a região central alcançaram pouco êxito, a partir de 2009, o discurso do poder público municipal mudou. Em 2009, foi sancionada

⁹ Programa Reconstruir o Centro, publicação da Prefeitura de São Paulo, 2001.

¹⁰ Gilberto Kassab assumiu o comando da Prefeitura de São Paulo, após a rejeição de José Serra, que se candidatou ao Governo do Estado. Após concorrer as eleições em 2008, Kassab iniciou seu 2º mandato a frente do município paulistano, para a gestão 2009-2012.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a lei nº 14.918, de 07 de maio de 2009, autorizando a Prefeitura a aplicar a concessão urbanística a área conhecida como Nova Luz.

Extremamente controversa essa lei gerou muita discussão entre representantes do poder público, de ONGs e representantes da sociedade civil, pelo fato de delegar a um concessionário privado, a tarefa de definir os novos usos permitidos nesse espaço, a partir da elaboração de um projeto urbanístico, incluindo-se a desapropriação de imóveis. O consórcio formado pela Companhia City, Aecom, Concremat e FGV, foi escolhido quase um ano depois da promulgação da lei, sendo que os estudos preliminares disponibilizados anunciam a revitalização de 45 quadras e 50 hectares, incluindo a região da Rua Santa Ifigênia, tradicional ponto de comércio de produtos eletro-eletrônicos da cidade de São Paulo.

Desde 2010, muitas transformações se processaram no entorno do Projeto Nova Luz, embora muitas delas permaneçam no âmbito do discurso e do imaginário. A partir do rótulo de “cracolândia”, a região onde se pretende implantar o Projeto Nova Luz, passou a ser conhecida como o espaço de concentração, no final da tarde, de usuários de drogas e, principalmente, de crack. Esse rótulo, no entanto, ignora ou se sobrepõe a população que ali reside e trabalha.

A despeito de revitalizar a região, o Projeto Nova Luz tem sido acusado de criar pânico entre a comunidade local, por não apresentar os critérios que definiriam os imóveis que permanecerão e aqueles que serão demolidos. Outra preocupação expressa, principalmente, por meio de duas entidades que têm se mostrado bastante atuantes na região, a Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e Luz e a Associação dos Moradores do Bairro Santa Ifigênia, tem sido em relação à valorização que a região e os imóveis sofrerão, levando a expulsão dos moradores que atualmente ali residem.

Essas entidades vêm desenvolvendo diversas ações para chamar a atenção do poder público e da sociedade em geral, para o que chamam de drama dos moradores. Alegam que o projeto desenvolvido pelo consórcio está sendo elaborado sem ouvir a comunidade local e sem apresentar respostas às dúvidas dos moradores. Por outro lado, o consórcio alega que as exigências estabelecidas pela Lei e pelo poder público estão sendo cumpridas.

O certo é que, nesse momento, a região do Projeto Nova Luz, não serviu para alavancar transformações substanciais ao centro, exceto pela imagem que ali se formou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de uma região destruída, como se tivesse sido bombardeada, fato ainda mais evidente pelo grande vazio gerado pelas demolições. Os equipamentos culturais continuam atraindo um público que não circula por essa região, que possui uma vitalidade gritante durante o dia quando o seu comércio está aberto, porém a noite apresenta uma visão desoladora de abandono e vazios.

ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS OU NOVAS INQUIETAÇÕES

Longe de estar definido, o processo de revitalização urbana do centro da cidade de São Paulo, tem sido marcado por discursos que mesmo não se concretizando, tem repercutido dentro da cidade. Muitos projetos tem sido anunciados principalmente pelo poder público, como soluções inovadoras que reverterão o processo de degradação que o centro da cidade tem sofrido desde a década de 1970.

Em todos esses projetos existe um discurso comum sobre a importância de se “retomar” e “repovoar” o centro (Silva, 2007:15) enquanto local atrativo para as diversas classes que por ele circulam. Tais palavras, no entanto, muitas vezes são utilizadas desconsiderando-se a vitalidade que essas regiões possuem, por meio de sua população que muitas vezes permanece anônima em meio ao pulsante comércio diurno.

O desafio dessas propostas de intervenções é assegurar que a população que ali reside não seja expulsa pelos muros invisíveis que são construídos pela especulação imobiliária e pelo enobrecimento que certas partes da cidade sofrem (Rubino, 2009, p. 37).

Cabe destacar que as transformações que vem ocorrendo na cidade de São Paulo, não ficaram restritas ao seu centro, mas tem se expandido para áreas vizinhas, onde existem vazios urbanos passíveis de ocupação, os antigos bairros que se desindustrializaram e as áreas ao longo do eixo ferroviário, tradicionalmente abandonadas e ocupadas pela população mais pobre e que, atualmente, se encontram em constante processo de modernização.

Vários são os projetos anunciados para essas regiões, conforme o início desse texto que apontava que no lugar onde foram demolidos aproximadamente 600 unidades habitacionais será erguido um espaço gastronômico e de eventos, anexo ao Mercado Municipal. Também vemos diversos conjuntos residenciais sendo erguidos, apoiando-se e apostando na revitalização da região, prometendo que os benefícios desses edifícios-clubes, que permitirão que seus moradores não tenham contato com os problemas da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

região, mas somente com o que ela pode oferecer de melhor: sua infra-estrutura, o sistema viário e de transporte, a proximidade com os equipamentos culturais e de lazer.

Os impactos desses projetos devem ser observados ao longo do tempo, a partir de sua efetividade. No entanto, a angústia que esses projetos têm gerado com suas perspectivas de mudança, tem permitido constante embate entre os diversos atores que fazem da região central, o seu espaço de vivência e convivência (as associações, moradores, os movimentos de moradias, os gestores públicos e privados, os comerciantes).

Mais recentemente, outros conflitos evidenciaram essas disputas: a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), suspenso diversas vezes na Câmara Municipal, o destombamento de imóveis e do traçado do bairro da Santa Ifigênia pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), o questionamento via poder judiciário, do Projeto Nova Luz.

Seguindo a lógica global de intervenção em áreas centrais, a concepção da década de 1990, acentuou a preservação do patrimônio voltada ao mercado e ao consumo, com a transformação de vários espaços em cafés, restaurantes, museus, lojas de artesanatos locais.

Se o mote da intervenção na região central de São Paulo não foi o patrimônio histórico, as contribuições de Choay (2006) nos ajudam a pensar o papel que este ganhou nas últimas décadas e, que o sucesso de qualquer projeto para a área central da cidade e seu entorno, estaria em considerar a população local que ali está instalada e que fez dessa área o seu habitat e local de desenvolvimento de suas atividades cotidianas.

Creemos que muitos ainda serão os embates, mas é necessário que a política de revitalização do centro da cidade seja pensada não como um conjunto de ações pontuais, isoladas e fracionadas, mas dentro da lógica de um projeto urbano para a cidade, assegurando o convívio dos diversos grupos que usam e fazem do espaço urbano o seu espaço de inserção social e representação.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, César; ARAUJO, Evelyne Labanca Corrêa de. (orgs.). **Reabilitação urbana de centralidades metropolitanas: reflexões e experiências na América Latina do século 21**. Recife: Rede Mercocidades, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.
- CAMPOS, Cândido Malta, Et AL (orgs.). **São Paulo: metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.
- DIOGO, Érica (org.). **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: Programa Monumenta, s. d.
- FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (orgs.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedinas, 2009.
- FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflito e negociações na metrópole**. São Paulo: Ed. Cortez/Edusp, 2000.
- FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo: Edusp, 2006.
- JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro da cidade de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2010, 264p.
- KON, Sérgio; DUARTE, Fábio (orgs.). **A (des)construção do caos: propostas urbanas para São Paulo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2008.
- LEITE, Rogerio Proença de Souza. **Espaço público e política dos lugares**. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2001, 393p.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, vol. 3, p. 131-214.
- MEYER, Regina Maria Prósperi; GROSTEIN, Marta Dora. **A leste do centro: territórios do urbanismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- MORI, Vitor Hugo, Et AL (org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SIMÕES JR., José Geraldo. **Cortiços em São Paulo: o problema e suas alternativas.**

São Paulo: Revista Pólis, nº 2, 1991.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo.**

São Paulo: Associação Viva o Centro, 2000.